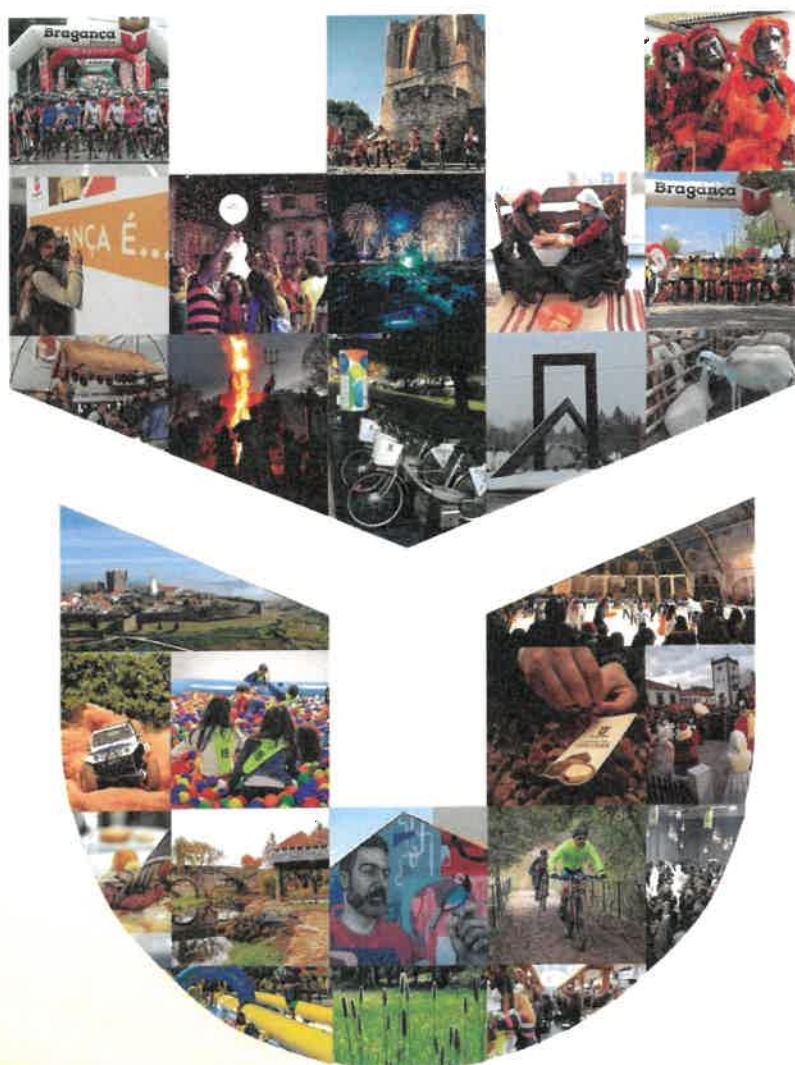


MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2019



BRAGANÇA A CAMINHO DE UMA HUMAN SMART REGION

JULHO 2020

Índice

Relatório de Gestão	3
1. Introdução	5
2. Objetivo da consolidação	6
3. Perímetro da consolidação	7
4. Método de consolidação	9
5. Breve enquadramento macroeconómico	10
6. Evolução da gestão do conjunto das entidades compreendidas na consolidação	13
6.1 Análise económico financeira da atividade consolidada	16
7. Atividades do conjunto em matérias que estão diretamente ligadas à atividade autárquica.....	22
8. Previsão da evolução futura do conjunto das entidades que compõem o perímetro de consolidação	23
9. Factos relevantes após o encerramento do exercício	23
Balanço Consolidado	27
Demonstração Consolidada dos Resultados	31
Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado	35
Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas	39
Certificação Legal das Contas Consolidadas.....	61
Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas	67

Handwritten signature and stamp in the bottom right corner of the page. The signature is in blue ink and appears to be 'Alfaro'. Below it is a circular stamp with some text and a signature inside.

Índice de quadros

Quadro 1: Entidades Detidas/Participadas	8
Quadro 2: Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado.....	18
Quadro 3: Resumo dos Fluxos de Caixa Consolidados	20
Quadro 4: Rácios	21
Quadro 5: Trabalhadores ao Serviço por Categoria	43
Quadro 6: Endividamento de Médio e Longo Prazos Consolidado	49
Quadro 7: Endividamento de Curto Prazo Consolidado.....	49
Quadro 8: Montante Total da Dívida a Terceiros Consolidada em 2023	50
Quadro 9: Saldos e Fluxos Financeiros entre o Município de Bragança e a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	50
Quadro 10: Saldos e Fluxos Financeiros entre o Município de Bragança e o Centro Ciência Viva de Bragança	51
Quadro 11: Mapa do Ativo Bruto Consolidado	54
Quadro 12: Mapa das Amortizações e Provisões Acumuladas Consolidado	55
Quadro 13: Amortizações Acumuladas Repartidas pelas Entidades do Grupo Público.....	56
Quadro 14: Repartição do Valor Líquido Consolidado das Vendas e das Prestações de Serviços...	56
Quadro 15: Remunerações aos Membros dos Órgãos Executivo e Deliberativo das Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação	57
Quadro 16: Mapa da Dívida Bruta Consolidada	60



Relatório de Gestão
2019

[Handwritten signatures and initials in black ink are visible over the red graphic element.]

1. Introdução

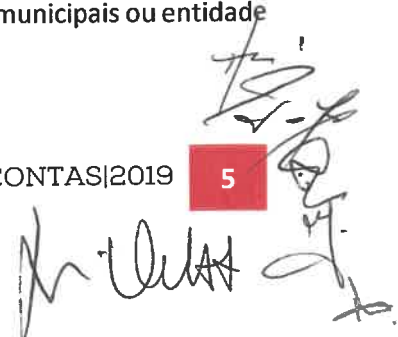
A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. O n.º 1 do artigo 75.º estabelece que *“sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”*.

A utilização pelos municípios de formas organizacionais de diversa natureza, consequência da alteração de paradigma ao nível do desenvolvimento das suas atribuições e competências, evidenciou a necessidade de divulgação da referida informação financeira para efeitos de visão global do que pode ser considerado o grupo municipal. Assim sendo, o entendimento da situação financeira do grupo só é permitida através de contas únicas, complementares às individuais, representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns, tornando-se assim a apresentação de contas consolidadas imperativa.

Os juízos divergem no que diz respeito à utilidade da informação, principalmente se não for possível a sua construção apoiada por um enquadramento normativo e legal que seja consistente e consensual. De destacar que a comparabilidade é uma das vantagens recorrentemente apontada para a existência de contas consolidadas no grupo municipal, exigindo a harmonização de procedimentos e políticas.

Tendo em consideração o disposto no n.º 3 do artigo 75.º da aludida Lei, o grupo municipal é composto por um município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controle corresponde ao poder de gerir políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Salienta-se, no entanto, que devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

Handwritten signatures and a red stamp are located in the bottom right corner of the page, overlapping the page number and footer text.

Na ordem que refere o RFALEI, são apresentados os documentos de prestação de contas consolidadas do grupo municipal, integrando os mesmos, o relatório de gestão, o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por natureza, o mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Os referidos documentos foram construídos nos termos do disposto na Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, e na orientação n.º 1/2010, tendo também em consideração as instruções emanadas pelo SATAPOCAL aquando da consolidação para o exercício de 2010, com as necessárias adaptações. A observância destas orientações permite a obtenção de demonstrações financeiras consolidadas que evidenciem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, dos resultados e da execução orçamental do grupo municipal.

2. Objetivo da consolidação

A necessidade de implementação integral da Lei do Enquadramento Orçamental e do “Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica” determinou a obrigação de apresentação de contas consolidadas numa base de caixa para todo o perímetro do Estado, incitando que este fosse progressivamente alargado por forma a incluir o Setor Empresarial do Estado e as Parcerias Público Privadas reclassificadas no âmbito da Administração Pública e da Administração Local e Regional.

A implementação da metodologia de consolidação de contas no município refletir-se-á na melhoria da informação contabilística quer ao nível da avaliação do risco financeiro, quer no âmbito do controlo e coordenação das diferentes entidades que interagem entre si. A consolidação permitirá, igualmente, através de um inventário do conjunto de informações necessárias nas entidades que compõem o grupo municipal objeto de consolidação, uma consolidação por sector de atividade e uma avaliação das políticas públicas locais.

Handwritten signatures and stamps are present in the bottom right corner of the page, including a red rectangular stamp with the number 6.

A consolidação de contas proporciona uma visão verdadeira e apropriada sobre o grupo municipal como se de uma única entidade se tratasse, permitindo avaliar, quer o desempenho económico quer a situação financeira, do conjunto das empresas abrangidas na consolidação.

3. Perímetro da consolidação

Tal como anteriormente referido, o perímetro de consolidação de contas do município integra as entidades controladas em que este participe, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A obrigatoriedade de uma maior abrangência na prestação de informação consolidada foi refletida na alteração do perímetro de consolidação no atual RFALEI. A partir do ano 2014, e para efeitos de apuramento das entidades que concorrem para o perímetro de consolidação, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas deverão apurar: por um lado, a existência ou presunção de controlo, relativamente a outra entidade através da verificação dos pressupostos previstos nos n.ºs 4 e 5 do artigo 75.º de RFALEI; por outro lado, se se tratam das entidades especificamente elencadas no n.º 6 do mesmo artigo, que se incluem sempre, independentemente da percentagem de participação.

A definição de perímetro de consolidação de contas e das condições de controlo ou de presunção de controlo são fundamentais para a delimitação do grupo público e, consequentemente, para a consolidação de contas.

Se, durante o exercício económico uma entidade deixar de fazer parte integrante do perímetro de consolidação, as suas demonstrações financeiras não deverão ser incluídas no processo de consolidação anual, devendo este facto e o seu efeito serem explicitados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas de forma inequívoca, designadamente o momento a partir do qual as entidades deixam de ser parte integrante do perímetro de consolidação. Se a composição do conjunto das entidades incluídas na consolidação se alterar significativamente no decurso do exercício, as demonstrações financeiras consolidadas devem fornecer as informações que permitam a comparabilidade de conjuntos sucessivos de demonstrações financeiras consolidadas.

Apresenta-se, seguidamente, informação sobre as entidades detidas/participadas (societárias e não societárias) pelo município de Bragança.

Quadro 1: Entidades Detidas/Participadas

Grupo Municipal - Município de Bragança

ANO: 2019

Entidades	Sede	Tipo de entidade	Participação detida		Perímetro de consolidação						Método de consolidação utilizado	
			%	Valor	Incluída	Excluída	Divisão legal					
							Al.	n.º	Art.º	Atos legislativos		
Águas do Norte, S.A.	Av. Osnabruck, 29 - 5000-427 Vila Real	Participada	0,99	1 070 867		X						Equivalência Patrimonial
Laboratório Regional de Trás-os-Montes e Alto Douro	Complexo do Cachão - 5370-132 Mirandela	Participada	4,55	3 741		X						
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., SA	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, n.º 11, 3º B, Taguspark - 2740-120 Porto Salvo	Empresa Local	0,77	24 940	X			6	75,8	RFALEI		
AE-TM - Agência de Energia de Trás-os-Montes	Avenida dos Aliados, n.º 9 - 5400-038 Chaves	Associativa	n.a.			X						
AMTAD - Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro	Edifício Palácio da Justiça - Alameda do Paço - 5090-127 Murça	Associativa Municipal	n.a.			X						Consolidação Integral
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Avenida Marnoco e Sousa, 52 - 3004-511 Coimbra	Associativa Municipal	n.a.			X						
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Rua do Castelhinho, n.º 17 - 5100-127 Lamego	Associativa Municipal	n.a.			X						
Associação de Municípios Rede Portuguesa Cidades Saudáveis	Alameda dos Bombeiros Voluntários, n.º 45 - 2844-001 Seixal	Associativa Municipal	n.a.			X						
Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano	Rua Visconde da Bouça, Apartado 238 - 5301-903 Bragança	Associativa Municipal	n.a.			X						Consolidação Integral
Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Av. Cidade de Léon, 506 - 5301-358 Bragança	Associativa	72,43	1 600 000	X		c)-I)	4	75,8	RFALEI		
Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes	Rua Visconde da Bouça, apartado 238 - 5301-903 Bragança	Comunidade Intermunicipal	n.a.			X						
CORANE - Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Rala Nordeste	Rua Padre António Vieira, Edifício do GAT - Apartado 1015, 5300-999 Bragança	Associativa	n.a.			X						
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	Av. Inferior à Ponte D. Luís I, 55 4050-474 Porto	Associativa Municipal	n.a.			X						Simples Agregação
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra - 4900-360 Viana do Castelo	Associativa	n.a.			X						
Associação do Parque de C&T do Porto (Portus Park)	Rua Alfredo Allen, n.º455/461 - 4200-135 Porto	Associativa	n.a.	10 000		X						
Associação para o Desenvolvimento do Régia Douro Park	Andrães - 5000-038 Vila Real	Associativa	4 UP	2 000		X						
Centro Ciência Viva de Bragança	Rua do Beato Nicolau Dinis, 5300 - 130 Bragança	Associativa	n.a.		X		c)	4	75,8	RFLAI		
Fundação "Os Nossos Livros"	Rua Trindade Coelho, n.º 32 - 5300-061 Bragança	Fundação	n.a.			X						
Fundação Hispano-Portuguesa Rei Afonso Henriques	Rua Eng. José Beça, n.º 46 "Casa Câmara" - 5300-034 Bragança	Fundação	n.a.			X						
Agrupación Europea de Cooperation Territorial Leon-Bragança	Plaza San Marcelo, Num. 6 - Leon (Espanha)	Associativa	n.a.			X						

Valores em euros

n.a. - não aplicável

Valores em euros

Ponderados todos os fatores conclui-se que, para o exercício do ano de 2019, a entidade contabilística consolidante é o município de Bragança, sendo o restante perímetro de consolidação constituído pelas seguintes entidades:

- ✓ Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark¹;
- ✓ Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.;
- ✓ Centro Ciência Viva de Bragança.

¹Incluída pelo INE, nas Entidades do Setor Institucional das Administrações Públicas – 2011 e classificada no Setor da Administração Regional e Local, Administração Local, Serviços Autónomos da Administração Local.

4. Método de consolidação

O RFALEI refere que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo remetendo, assim, para a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprova a orientação n.º 1/2010 «Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo».

No caso da consolidação do grupo municipal do município de Bragança utilizar-se-á o método de consolidação integral para a Associação para o Desenvolvimento do Brígantia EcoPark na qual o município detém uma participação de 72,43%. O método de consolidação integral consiste na integração no balanço, na demonstração dos resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações de resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas. Refere a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que para efeitos de aplicação do método de consolidação integral, adotar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 15, «Investimentos em subsidiárias e consolidação», publicada no aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsetor.

No caso da empresa municipal, Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., entidade associada controlada conjuntamente com outras entidades, o método a utilizar será o da equivalência patrimonial, considerando que a portaria não refere a possibilidade de consolidação proporcional. O método da equivalência patrimonial consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada. Para efeitos de aplicação do método de equivalência patrimonial, adotar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 13 “Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas”, publicada no Aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsetor.

Relativamente ao Centro Ciência Viva de Bragança, dada a natureza da relação de controlo, não consubstanciada na detenção de participações sociais, é utilizado o método da simples agregação. Este método consiste na soma algébrica dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades pertencentes ao grupo público, sendo obrigatória a eliminação, designadamente, dos saldos, das transações, das transferências e subsídios e dos resultados incorporados em ativos relativos a operações efetuadas entre essas entidades, sem prejuízo do disposto no n.º 6.4, alínea b), da orientação anteriormente referida.

5. Breve enquadramento macroeconómico

Portugal

De acordo com os dados publicados pelo INE (Boletim Mensal de Estatística - fevereiro 2020), em 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 2,2% em volume, menos 0,4 pontos percentuais (p.p.) que no ano anterior. A procura externa líquida registou um contributo de -0,6 p.p. para a variação em volume do PIB (-0,4 p.p. em 2018). O contributo da procura interna diminuiu para 2,7 p.p. (3,1 p.p. em 2018), refletindo o crescimento menos intenso do consumo privado. Em termos nominais, o PIB aumentou 3,9% (4,3% em 2018), tendo atingido 212,3 mil milhões de euros, enquanto o Saldo Externo de Bens e Serviços representou 0,1% do PIB (0,4% em 2018).

O consumo público (Despesas de Consumo Final das Administrações Públicas) registou uma taxa de variação de 0,8% (0,9% no ano anterior).

O Investimento aumentou 6,5% em termos reais em 2019 (6,2% em 2018), refletindo a aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) para uma taxa de variação de 6,4% (5,8% no ano antecedente). A Variação de Existências apresentou um contributo positivo (0,1 p.p.) para a variação do PIB, semelhante ao registado em 2018.

As Exportações de Bens e Serviços em volume registaram, em 2019, uma taxa de crescimento de 3,7% (4,5% em 2018), refletindo a desaceleração da componente de serviços de 6,3% para 3,8%, uma vez que as exportações de bens mantiveram uma taxa de variação de 3,7%.

Em 2019, observou-se um crescimento das Importações de Bens e Serviços de 5,2% (5,7% em 2018). As importações de bens aumentaram 4,5% (menos 1,2 p.p. que no ano precedente), enquanto as importações de serviços registaram um crescimento de 8,6% (5,9% em 2018).

No fim do mês de dezembro de 2019, estavam registados, nos Serviços de Emprego do Continente e Regiões Autónomas, 310 482 indivíduos desempregados, número que representa 66,8% de um total de 464 874 pedidos de emprego.

Assim, a taxa de desemprego fechou o ano de 2019 nos 6,5%, uma diminuição de 0,5 pontos percentuais face a 2018. A população desempregada, 339,5 mil pessoas, diminuiu 7,2%.

Em termos anuais, a taxa de desemprego entre os jovens (de 15 a 24 anos) situou-se em 18,3%, dois pontos percentuais abaixo do estimado para o ano anterior. Já a proporção de desempregados de longa duração foi 49,9%, uma diminuição de 1,2 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Os resultados preliminares de 2019 revelam que os hóspedes atingiram neste ano 27,0 milhões e as dormidas 69,9 milhões (+7,3% e +4,1%, respetivamente), apresentando variações superiores às registadas em 2018 (+5,3% e +3,2%, pela mesma ordem).

A hotelaria (82,9% do total das dormidas neste ano) apresentou um crescimento de 2,4% nas dormidas, evolução inferior às registadas pelo alojamento local (+14,9%) e pelo turismo no espaço rural e de habitação (+6,7%). As dormidas em hostels registaram um crescimento de 23,7%, representando 22,9% das dormidas em alojamento local e 3,3% do total de dormidas no setor do alojamento turístico neste ano.



Região Norte

De acordo com o último relatório trimestral “Norte Conjuntura”, publicado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), no 3º trimestre de 2019, a taxa de desemprego da Região do Norte foi de 6,6%, um valor que compara com 6,2% no trimestre anterior e 7,2% no trimestre homólogo de 2018.

O emprego da Região do Norte aumentou 0,6% no 3º trimestre de 2019 face ao trimestre homólogo de 2018, o que se traduziu na criação líquida de mais 9.400 postos de trabalho.

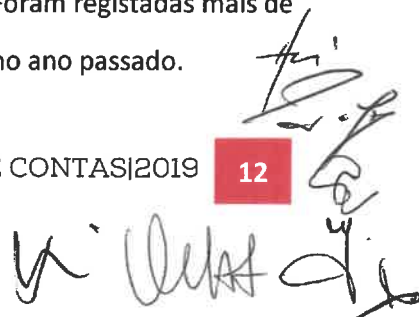
No 3º trimestre de 2019, o emprego das indústrias transformadoras da Região do Norte diminuiu 3,7%, em termos homólogos, o que implicou a perda líquida de 16.800 postos de trabalho, a maior queda observada entre todos os ramos de atividade. Ao mesmo tempo, o emprego na saúde humana e apoio social cresceu em 11,6%, tendo sido criados mais 16.300 postos de trabalho, em termos líquidos.

Nesse período, as exportações de bens da Região do Norte aumentaram 3,2%, em termos homólogos.

O valor das importações de mercadorias para a Região do Norte cresceu 3,5% no 3º trimestre de 2019, em aceleração face ao crescimento do trimestre anterior. Por mercados de origem, as importações oriundas do espaço intracomunitário aumentaram 2,3% e as do espaço extracomunitário cresceram 8,0%.

O valor das exportações da Região do Norte continua a ser significativamente superior ao das importações. No 3º trimestre de 2019, a taxa de cobertura das importações pelas exportações atingiu o valor de 130,4%, mais 2,9 p.p. face ao trimestre anterior.

De acordo com informação da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, em 2019, a região do Norte recebeu o maior número de turistas de sempre. Foram registadas mais de 10,7 milhões de dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico, no ano passado.



O crescimento registado, de quase 10%, foi o maior a nível nacional. Em 2018, o número de dormidas fixava-se nos 7,9 milhões e o crescimento face ao ano anterior tinha sido de 5%, segundo dados da mesma fonte. Só no município do Porto, o aumento das dormidas cresceu mais de 10%, correspondendo a 6,5% do total nacional.

O Norte assume-se como um destino cada vez mais atrativo. Em 2019, registaram-se mais de 6,4 milhões de dormidas de turistas não residentes, um crescimento de mais de 12%.

6. Evolução da gestão do conjunto das entidades compreendidas na consolidação

A visão do município de Bragança consiste em transformar o concelho de Bragança num centro de incubação por excelência (inteligente, sustentável, conectado, inclusivo, inovador, autêntico e intelectual), de afirmação no espaço regional, nacional e internacional, criando uma forte marca própria, capaz de garantir as condições para o desenvolvimento sustentável, através do diálogo e proximidade com todos os agentes económicos locais, potenciando a participação cívica. Neste contexto, assume o compromisso com as gerações vindouras: garantir o desenvolvimento sustentável do Concelho, contribuindo para a melhoria da coesão territorial, social e económica e, assim, a melhor qualidade de vida da sociedade em geral, para além do valor económico gerado pela nossa atividade diária.

A estratégia para o desenvolvimento desdobra-se em diferentes Eixos Estratégicos, onde se inclui o apoio a clusters e setores estratégicos, a valorização do território e o ambiente como suportes do desenvolvimento e a criação de uma cultura de Ecocidade, centrada na cidadania, na educação e na formação. O município de Bragança constitui-se desta forma como um agente de desenvolvimento territorial, mobilizador de vontades e de parcerias.

Assim, e porque as pessoas estão sempre em primeiro lugar, a sua atuação é pautada pela busca contínua do desenvolvimento sustentável de Bragança, através da cooperação e diálogo com todos os agentes económicos, no sentido de ser estimulada a criação de riqueza e de emprego, garantindo igualdade de oportunidades e bem-estar para todos.



Desde o ano de 2017 que a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark mantém reuniões periódicas para fazer o acompanhamento das atividades do PCT TMAD Brigantia Ecopark, planeando a estratégia de exploração nomeadamente através da inclusão de atividades e divulgação junto dos seus principais destinatários. Procurou, também, fontes de financiamento, bem como deu início à execução de projetos financiados de grande interesse para o desenvolvimento do parque de ciência e tecnologia, concelho e região. O PCT TMAD Brigantia Ecopark tem vindo, ano após ano, a aumentar o seu volume de faturação através da captação de novas empresas e, consequentemente, reduzir a sua dependência financeira externa.

De salientar que terminaram em 2019 os projetos: NORTE-46-2016-08 - Promoção da Indústria 4.0 na Região de Trás-os-Montes e Alto Douro (I4@TMAD), NORTE-01-0246-FEDER-000025, com investimento total de 552.067,95€. O consórcio responsável pela execução das ações referidas é constituído pelo Instituto Politécnico de Bragança (IPB), pelo Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro Brigantia Ecopark (PCT TMAD Brigantia Ecopark) e pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego (ESTGL). O investimento realizado pela Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark foi de 233.573,84€, financiado a 85%; e o projeto NORTE-51-2015-04 - Promoção do Empreendedorismo Tecnológico na Região de Trás-os-Montes e Alto Douro (EMPREENDER+.tec), NORTE-02-0651-FEDER-000020, com investimento total de 418.336,80€, vocacionado exclusivamente para o empreendedorismo de base tecnológica na região NUTS III das Terras de Trás-os-Montes. O consórcio responsável pela execução das ações referidas é constituído pelo Instituto Politécnico de Bragança (IPB), pelo Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro Brigantia Ecopark (PCT TMAD Brigantia-Ecopark) e pela Associação Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA). O investimento realizado pela Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark foi de 143.322,19€, financiado a 85%.

Registamos, ainda, a reprogramação financeira e temporal do projeto NORTE-51-2016-06 - Eco-EMPREENDE – Programa de estímulo e apoio ao empreendedorismo qualificado e criativo na Região de Bragança, dinamizado pelo Brigantia-Ecopark - NORTE-02-0651-FEDER-000077, com investimento total e financiado a 85% de 521.914,00€, até 31 de dezembro 2020.

Em final de 2019, o Parque de Ciência e Tecnologia - Brigantia Ecopark conta com 36 empresas, um Centro Nacional de Competências dos Frutos Secos (CNCFS), um Laboratório Colaborativo (MORE) e a Secretaria de Estado para a Valorização do Interior. Regista-se, assim, um crescimento de quase 101% face ao ano anterior (2018) no que respeita ao número de colaboradores afetos às empresas e 64% relativamente à instalação de novas empresas. Dos 212 colaboradores a laborar no parque, salienta-se que 96,03% são postos de trabalho qualificados ($\geq$ Licenciatura). De referir também que a média das idades dos colaboradores das empresas existentes no Brigantia Ecopark (ano 2019) ronda os 31 anos para uma população masculina de 62,25% e feminina de 37,75%. Salienta-se, ainda, uma taxa de ocupação $\pm 70\%$, para um Volume de Negócio das empresas estimado em cerca de aproximadamente 8M€. Com patamar salarial acima da média, estimamos ainda um montante associado a remunerações dos colaboradores a laborar no parque em cerca de 3M€.

O Parque de Ciência e Tecnologia - Brigantia Ecopark gerou, entre Volume de Negócios das empresas e Remunerações dos seus colaboradores, cerca de 11M€ no ano 2019

Finalmente, destaca-se ainda uma área útil ocupada (2019) de 2602m² que, contrapondo com os 909m² ocupados em 2018, registam um aumento de 186% face ao ano anterior.

O Centro Ciência Viva de Bragança (CCVB) é uma associação científica e técnica sem fins lucrativos que integra a Rede Nacional de Centros Ciência Viva. Reconhecido como um canal excecional para comunicar temas de atualidade científica institui-se como um equipamento ideal para envolver os cidadãos na democratização do conhecimento e na promoção de alterações favoráveis do seu comportamento face a questões de extrema pertinência, como o desenvolvimento sustentável, energias renováveis e meio ambiente.

Realizou durante o ano de 2019 uma programação permanente reveladora de uma evolução natural pela qual a instituição passou, com alterações na equipa, e considerando as demandas de novos projetos. As atividades realizadas vieram suprir as necessidades identificadas de variedade de programação e de públicos que procuram atividades originais e diferenciadoras de cultura científica.



Da referida programação destacam-se:

- ✓ Atividades Regulares: Oficinas Dóing, Cafés de Ciência, Festas de Aniversário, PubHD, Festas de Carnaval e Halloween, Ciência e Sociedade, Feira de Ciências, Workshop de Cogumelos, Tabela Periódica em Croché, Dia Internacional do Microorganismo.
- ✓ Exposições Temporárias: Biosfera Integrada.
- ✓ Projetos Estruturados: Clubes Ciência Viva, Conselhos Raianos, Projeto SilkHouse, Encontro com o Cientista, Ciência Viva no verão em rede 2019, Erasmus + Educação e Formação de Adultos, Escola Ciência Viva 2019, Projeto de Serviços – Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes “Projeto Promoção das Competências Científicas e Tecnológicas”.

6.1 Análise económico financeira da atividade consolidada

A análise que se segue tem como suporte o balanço consolidado, demonstração consolidada dos resultados por natureza e o mapa de fluxos de caixa consolidado (documentos contabilísticos de base).

O primeiro mapa abrange os elementos acumulados até à data. Sendo um documento estático, evidencia a posição financeira e patrimonial do grupo, onde constam os seus bens, direitos e dívidas a pagar, permitindo assim uma análise precisa da composição qualitativa do património que representa.

A demonstração consolidada dos resultados por natureza apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados em determinado período, permitindo apurar o resultado líquido do exercício, bem como a análise da composição dos seus diferentes resultados.

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

Com o objetivo de analisar a situação financeira consolidada do grupo apresenta-se, seguidamente, uma síntese do balanço consolidado relativo aos exercícios de 2018 e 2019.

No que se refere ao balanço consolidado, o exercício de 2019 apresenta um ativo líquido no valor de 221.424.489,90€, sendo o ativo fixo a componente de maior destaque, com uma representatividade de 90,18% e 199.674.860,75€ em termos absolutos.

Na estrutura dos fundos próprios evidencia-se o valor do património, comportando 50,57% dos fundos próprios e passivo.

Ao nível do passivo que reconhece o valor das provisões constituídas para fazer face a riscos e encargos, das dívidas para com terceiros (curto, médio e longo prazos) e os acréscimos e diferimentos (acrécimos de custos e proveitos diferidos) apresenta, face ao ano anterior, um aumento de 4,13%.

Quadro 2: Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL		SÍNTESE DA ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO		ANO DE 2019	
		2019		2018	
		Valor	estrutura	Valor	estrutura
ATIVO					
Ativo Fixo					
Bens de domínio público		91.091.368,93	41,14%	100.525.689,50	43,65%
Imobilizações incorpóreas		265.910,97	0,12%	317.276,87	0,14%
Imobilizações corpóreas		98.626.454,29	44,54%	101.548.386,31	44,09%
Investimentos financeiros		9.691.126,57	4,38%	9.293.342,40	4,03%
Total (Ativo Fixo)		199.674.860,75	90,18%	211.684.695,08	91,91%
Ativo Circulante					
Existências		1.231.163,77	0,56%	266.608,30	0,12%
Dívidas de terceiros		2.365.166,29	1,07%	2.343.760,46	1,02%
Títulos negociáveis		0,00	0,00%	0,00	0,00%
Depósitos em instituições financeiras e caixa		11.118.444,08	5,02%	9.174.517,56	3,98%
Total (Ativo Circulante)		14.714.774,14	6,65%	11.784.886,32	5,12%
Acréscimos e Diferimentos:					
Acréscimos de proventos		7.021.108,54	3,17%	6.835.215,32	2,97%
Custos diferidos		13.746,47	0,01%	14.074,03	0,01%
TOTAL (ATIVO)		221.424.489,90	100,00%	230.318.870,75	100,00%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO					
Fundos Próprios					
Património		111.976.809,49	50,57%	108.957.873,20	47,31%
Ajustamento de partes de capital em empresas		0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas		2.927.470,97	1,32%	2.811.135,02	1,22%
Subsídios		65.469,31	0,03%	65.469,31	0,03%
Doações		15.388.038,73	6,95%	14.679.045,19	6,37%
Diferenças de consolidação		0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultados transitados		-350.813,36	-0,16%	11.974.208,60	5,20%
Resultado líquido do exercício atribuível ao grupo		-1.699.797,92	-0,77%	2.412.755,19	1,05%
Interesses minoritários		317.605,96	0,14%	300.640,52	0,13%
Total (Fundos Próprios)		128.624.783,18	58,09%	141.201.127,01	61,31%
Passivo					
Provisões para riscos e encargos		20.764.071,89	9,38%	17.954.699,91	7,80%
Dívida a terceiros - M/L prazos		2.899.283,38	1,31%	3.338.502,44	1,45%
Dívida a terceiros - Curto prazo		2.737.660,52	1,24%	2.911.311,91	1,26%
Acréscimos e diferimentos					
Acréscimos de custos		1.910.963,64	0,86%	1.193.728,24	0,52%
Proventos diferidos		64.487.727,29	29,12%	63.719.501,24	27,67%
Total (Passivo)		92.799.706,72	41,91%	89.117.743,74	38,69%
TOTAL (FUNDOS PRÓPRIOS+PASSIVO)		221.424.489,90	100,00%	230.318.870,75	100,00%

Valores em euros

A evolução patrimonial do balanço consolidado no período 2018-2019 traduz-se numa diminuição em valor absoluto de 8.894.380,84€, ou seja, de 3,86%, comportamento evidenciado pelos seguintes agregados:

ATIVO FIXO – Representando 90,18% do ativo líquido, apresenta um decréscimo em valores absolutos de 12.009.834,33€, ou seja, de 5,67%;

ATIVO CIRCULANTE – apresenta um aumento 2.929.887,82€, em relação ao ano anterior. De valor significativo, apresenta o aumento dos depósitos em instituições financeiras e caixa com 1.943.926,52€ (21,19%);

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS – provenientes da aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios, compreendem os acréscimos de proveitos e os custos diferidos que, verificaram, nos primeiros, um aumento de 185.893,22€ (2,72%) e, nos segundos, um decréscimo de 327,56 (2,33%);

FUNDOS PRÓPRIOS – Os fundos próprios registaram um decréscimo de 8,91%, ou seja, 12.576.343,83€. Apresentam com maior relevância as diminuições dos resultados transitados com 12.325.021,95€ e do resultado líquido do exercício atribuível ao grupo em 4.112.553,11€;

PASSIVO – Esta componente, aumentada em 4,13%, deverá ser analisada segundo os vários contributos, ou seja, vertentes das provisões, dívidas a terceiros e acréscimos e diferimentos:

- ✓ No ano de 2019 as provisões para riscos e encargos aumentaram 2.809.371,98€;
- ✓ No que concerne ao passivo exigível, que comporta a dívida a terceiros de médio e longo e curto prazos apresentam, relativamente a 2018, uma redução de 612.870,45€;
- ✓ Relativamente aos acréscimos e diferimentos, ao nível dos proveitos diferidos, componente com maior representatividade do passivo (69,49%), aumentam 768.226,06€.

Ao nível da demonstração de resultados consolidada, o ano de 2019, apresenta custos totais no valor de 37.411.486,11€, proveitos no valor 35.628.234,09€ e o resultado líquido negativo de 1.783.252,02€.

Este resultado regista, comparativamente a 2018, uma diminuição de 176,51% e em valor absoluto 4.114.081,36€. Salientamos que o resultado líquido do período que surge no balanço não é coincidente com o evidenciado no final da demonstração de resultados em virtude de a quota-parte associada aos interesses minoritários ser considerada em linha autónoma do balanço. Deste modo, o resultado líquido que surge no balanço corresponde ao valor atribuível ao grupo público.

Analisando a estrutura dos custos do grupo municipal e por ordem de grandeza, os fornecimentos e serviços externos representam 37,21%, custos com pessoal 20,73% e as amortizações 19,08%.

A formação dos custos municipais apresenta a seguinte participação: município de Bragança 96,86%, Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark 2,39% e Centro Ciência Viva de Bragança 0,75%.

Ao nível dos proveitos e, igualmente, por ordem de grandeza, as transferências e subsídios representam 46,32%, os impostos e taxas 22,79% e a prestação de serviços 10,90%.

O comportamento dos proveitos consolidados apresenta igual formação à dos custos, com a contribuição do município de Bragança 97,85%, Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark 1,66% e o Centro Ciência Viva de Bragança com 0,49%.

O mapa de fluxos de caixa discrimina os recebimentos e pagamentos respeitantes à execução orçamental, segmentando-a em corrente e de capital, assim como valores cobrados para entrega a terceiros, ou seja, as operações de tesouraria.

Quadro 3: Resumo dos Fluxos de Caixa Consolidados

Fluxos de Caixa Consolidados		
Saldo da gerência anterior (2018)		9.174.518
Execução orçamental	7.601.202	
Operações de tesouraria	1.573.315	
Receita cobrada na gerência		38.538.786
Receitas orçamentais	36.592.083	
Operações de tesouraria	1.946.703	
Pagamentos efetuados na gerência		36.594.860
Despesas orçamentais	34.873.731	
Operações de tesouraria	1.721.129	
Saldo para a gerência seguinte (2019)		11.118.444
Execução orçamental	9.319.555	
Operações de tesouraria	1.798.889	

Valores em euros

A análise dos fluxos de caixa orçamentais revela que, do saldo da gerência anterior (em depósitos de instituições financeiras e caixa), 7.601.202€ tiveram origem na execução orçamental. Ao longo do exercício de 2019, as receitas orçamentais cobradas ascenderam a 36.592.083€ e os pagamentos

totalizaram 34.873.731€, transitando para o ano de 2019 um saldo de execução orçamental no valor total de 9.319.555€.

Rácios

Com vista a ilustrar a situação financeira consolidada, procedeu-se à aplicação de alguns rácios, tendo por base a informação consolidada constante do balanço e da demonstração de resultados.

Quadro 4: Rácios

Rácios	2018	2019
Liquidez geral*	453,93%	467,87%
Liquidez reduzida*	447,44%	441,39%
Liquidez imediata*	223,49%	239,18%
Prazo de segurança de liquidez	57,79%	58,21%
Endividamento	24,01%	26,53%
Estrutura do endividamento*	16,16%	16,42%
Autonomia financeira	38,04%	36,78%
Cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes	68,28%	65,87%
Rendibilidade do capital próprio	1,71%	-1,32%

* Passivo circulante excluído da rubrica de proveitos diferidos

- ✓ **Rácio de liquidez geral** – mede o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante. Quanto maior for este rácio, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos.
- ✓ **Rácio de liquidez reduzida** – tal como o rácio anterior, mede o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante, tendo no entanto em conta que as existências não podem ser facilmente transformadas em dinheiro ou, pelo menos, que essa conversão será sempre a um valor mais baixo do que o de aquisição ou de produção.

- ✓ **Rácio de liquidez imediata** – revela o grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades.
- ✓ **Prazo de segurança de liquidez** – indica o grau em que o ativo circulante, expurgado do valor das existências, permite fazer face aos custos e perdas operacionais.
- ✓ **Endividamento** – permite apurar o grau em que é utilizado o capital alheio para financiar a do grupo.
- ✓ **Estrutura do endividamento** – revela o peso das dívidas de curto prazo no capital (próprio e alheio) utilizado.
- ✓ **Autonomia financeira** – mede a autonomia financeira face aos respetivos credores.
- ✓ **Cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes** – mede o grau de cobertura do Imobilizado pelos Capitais permanentes. Deve ser superior a 100%, ou seja, o capital permanente deve cobrir o imobilizado líquido.
- ✓ **Rendibilidade do capital próprio** – reflete a rentabilidade contabilística da autarquia local num determinado exercício.

7. Atividades do conjunto em matérias que estão diretamente ligadas à atividade autárquica

No cômputo da prossecução das vastas atribuições do município de Bragança pretende-se, entre outros objetivos, a afirmação de uma região competitiva na área económica, capaz de atrair e fixar empresas, entidades e recursos humanos qualificados.

A prioridade atribuída à promoção da inovação e da competitividade teve como reflexo a criação do Parque de Ciência e Tecnologia Brigantia EcoPark, fruto de uma parceria entre os municípios de Bragança e Vila Real, o Instituto Politécnico de Bragança, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e a Portus Park, que se apresenta como uma oportunidade significativa, potenciadora da captação de investimentos à escala internacional, numa lógica de promoção da “hélice tripa”: empresa, administração pública e entidades do sistema científico e tecnológico.

O Centro Ciência Viva de Bragança, aberto ao público desde 30 de junho de 2007, é constituído por dois espaços: o Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (projeto da arquiteta italiana Giulia Appolonia, com soluções inovadoras de climatização e energia) e a Casa da Seda instalada

num antigo moinho recuperado (de entre os vários que fabricavam neste troço do rio Fervença). Estes constituem espaços lúdicos experimentais, vocacionados para visitas com crianças em idade escolar, promovendo o conhecimento, o pensamento crítico, o despertar de consciências, o interesse e envolvimento de professores, educadores, pais e alunos.

8. Previsão da evolução futura do conjunto das entidades que compõem o perímetro de consolidação

No âmbito da prossecução da sua missão, o município de Bragança irá prosseguir uma estratégia que tem como objetivo a criação das condições necessárias para um crescimento próspero e o desenvolvimento sustentável. A implementação de projetos, ações e atividades diferenciadoras permitirão a construção de um território mais atrativo para viver, investir e visitar.

A Associação Brigantia EcoPark pretende continuar a promover e reforçar ações de divulgação do Parque de modo a captar empresas e instituições na área da inovação, assumindo um papel decisivo na dinamização e incremento das atividades de I+D+i, imprescindíveis ao desenvolvimento económico e social, regional e local.

O Centro Ciência Viva de Bragança visará a prossecução do seu objetivo mediante o exercício da divulgação científica e tecnológica através da promoção de ações de desenvolvimento da cultura científica e tecnológica junto da população e, em especial, junto da comunidade juvenil, dando ênfase às temáticas relacionadas com o ambiente e energia através de módulos e atividades de monitorização e interpretação ambiental.

9. Factos relevantes após o encerramento do exercício

O município de Bragança tem vindo a implementar desde dia 11 de março, um conjunto de medidas preventivas para mitigar a propagação da Covid-19 (desinfeção de ruas, instalação de um Hospital de Campanha COVID-19 na Unidade Hospitalar de Bragança, instalação de um Centro de Testes COVID-19, entre outras), mas também medidas de natureza socioeconómica que visam o apoio aos munícipes atenuando os efeitos económicos resultantes da pandemia.

Neste sentido, o município investiu 1.676.243,31 euros (considerando a ótica da despesa e perda da receita potencial), para salvaguardar a propagação/prevenção do vírus assim como o apoio às famílias e empresas, para alavancar a economia local, fortemente penalizada pelo encerramento durante o Estado de Emergência.

Apoio às famílias

O apoio às famílias mais carenciadas foi uma das primeiras medidas adotadas. Antevendo as dificuldades que as famílias viriam a sentir, o município de Bragança isentou as famílias do pagamento das rendas sociais, no período de abril a junho de 2020.

Também para as famílias que possam vir a ter dificuldades de acesso à habitação, o município criou o Fundo de Emergência de Apoio ao Arrendamento Habitacional, uma resposta célere e transitória, que se traduz na atribuição de um subsídio de renda mensal (até 100€), quando não seja possível o arrendamento em habitação social.

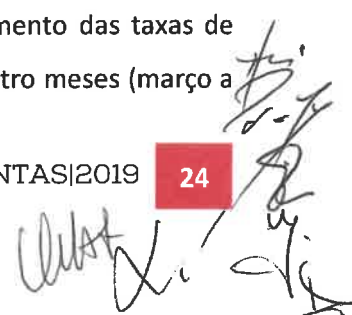
Recorde-se que no conjunto de medidas de natureza social o município de Bragança determinou também a isenção do pagamento das tarifas fixas da fatura da água (incluindo saneamento e RSU), dos consumos dos meses de abril e maio, a isenção do pagamento de juros de mora, até 31 de julho de 2020 pelo atraso no pagamento das faturas de água e a suspensão de cortes de fornecimento de água, por tempo indeterminado, representando um apoio de 287.800 euros.

As pessoas sem-abrigo não foram esquecidas. O município de Bragança determinou a criação do Alojamento Alternativo Temporário, em parceria com entidades públicas e IPSS, numa resposta social de emergência, com vista a evitar ou atenuar a exclusão severa a que se expõe este grupo de risco, sobretudo durante a situação atual vivida em todo o País, devido à COVID-19.

Apoios às empresas

Atendendo ao impacto da pandemia Covid-19 verificado também no tecido empresarial, o município criou o Fundo de Emergência de Apoio às Microempresas para apoiar empresas com menos de 10 trabalhadores, com sede no concelho de Bragança.

Também para os comerciantes estabeleceu o município a isenção de pagamento das taxas de ocupação em feiras (semanal e de produtos da terra), por um período de quatro meses (março a



junho 2020), assim como também a suspensão do pagamento, por três meses (abril a junho 2020), das taxas de utilização/ocupação do Mercado Municipal (aplicado a todos os contratos).

Os montantes referidos não dão lugar a ajustamentos aos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras do ano de 2019.

A direção da Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark, atento às dificuldades do tecido empresarial instalado nas suas instalações, e face às medidas decretadas pelo estado de emergência no âmbito da pandemia COVID-19, deliberou, através das suas reuniões de direção, apoiar as empresas através da aplicação de um desconto de 50% sobre o valor da renda cobrada nos meses de março e maio 2020, bem como a isenção da totalidade do pagamento da renda do mês de abril 2020. Esta perda de receita ou quebra de rendimentos (totalizando um montante de 27.402,50€), por parte da Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark, não coloca, no imediato, em causa o bom funcionamento do parque.

Relativamente ao Centro Ciência Viva de Bragança, o surto pandémico da COVID-19 teve impacto, de forma bem evidente e prejudicial, em 7 níveis:

1. Fecho do CCVB entre 13 de março e 1 de junho (2 meses e meio) e consequente perda de visitantes (perda de receita da bilheteria e perda de vendas da loja), em particular nas férias da Páscoa (período habitual de espanhóis) e no terceiro período as visitas de estudo que deixaram de acontecer (representavam receita extra, pois quando pedem experiências além da visita, o bilhete é a dobrar);
2. Ao nível de eventos estruturantes para a comunidade - Feira de Ciências - patrocínios e apoios (nomeadamente da verba anual do BPI pelo Projeto Natureza Virtual destinada à Feira de Ciências, que se perde);
3. Fecho da Escola Ciência Viva e interrupção do projeto com a CIM, que perturbou e retardou os objetivos educativos dos mesmos, não se sabendo nesta fase como será para o ano;
4. Despesas muito acentuadas (à volta de 3000/4000 euros) para conseguir implementar as regras de segurança obrigatórias e as recomendações da DGS - fornecimento de máscaras e desinfetantes a todos os trabalhadores do CCVB, desinfetante para os (poucos) visitantes, sinalética especial, elaboração do plano de contingência, produtos de limpeza específicos para: módulos, chão, casas de banho, bancadas, escritórios, etc., que fossem virucidas;

5. Despesas com produtos gráficos educativos online (criação da rubrica Vaivém Experimental, que implicou contratação de serviços para edição de vídeo), com um custo aproximado de 1000 euros.
6. Atrasos na concretização de projetos e consequentes reembolsos de prestações financeiras o que implicou a reprogramação de projetos.
7. A nível de equipa há a salientar: 2 pessoas em assistência aos filhos e agora 2 pessoas em teletrabalho devido à toma de imunossupressores, ou seja, perda de rendimento laboral de toda a equipa.

Não obstante os pontos atrás referidos, a continuidade da atividade da Associação Centro Ciência Viva de Bragança não está, no imediato, colocada em causa.



Balanço Consolidado

2019

Handwritten signatures and initials in black ink, including names like "F. Z. F.", "A. B. S.", and "J. P. S.".

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL		BALANÇO CONSOLIDADO			ANO DE 2019
Código das contas do POCAL	Ativo	2019			Balanco Consolidado 2018
		AB	APA	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	7.273.261,53	0,00	7.273.261,53	6.350.501,80
452	Edifícios	420.109,64	135.658,15	284.451,49	296.208,37
453	Outras construções e infra-estruturas	145.206.346,41	73.352.510,79	71.853.835,62	85.373.119,81
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	2.244.117,25	258.143,25	1.985.974,00	1.195.404,92
459	Outros bens de domínio público	142.108,48	142.108,48	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	9.693.846,29	0,00	9.693.846,29	7.310.454,60
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		164.979.789,60	73.888.420,67	91.091.368,93	100.525.689,50
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	51.365,90
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	232.830,00	232.830,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	265.910,97	0,00	265.910,97	265.910,97
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		498.740,97	232.830,00	265.910,97	317.276,87
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	15.582.017,70	0,00	15.582.017,70	15.987.233,58
422	Edifícios e outras construções	89.839.917,38	16.007.241,90	73.832.675,48	75.243.623,04
423	Equipamento básico	9.458.348,37	7.969.781,69	1.488.566,68	1.920.813,19
424	Equipamento de transporte	6.286.064,58	4.263.997,12	2.022.067,46	1.203.128,08
425	Ferramentas e utensílios	1.191.317,20	1.075.117,70	116.199,50	115.070,86
426	Equipamento administrativo	2.722.827,70	2.357.077,65	365.750,05	419.275,66
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	122.464,84	109.616,52	12.848,32	7.454,53
442	Imobilizações em curso	5.206.329,11	0,00	5.206.329,11	6.651.787,37
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		130.409.286,88	31.782.832,59	98.626.454,29	101.548.386,31
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1.113.334,72	0,00	1.113.334,72	1.112.136,32
412	Obrigações e títulos de participação	968.260,50	0,00	968.260,50	968.260,50
414	Investimentos em imóveis	7.971.015,38	371.793,46	7.599.221,92	7.211.506,10
415	Outras aplicações financeiras	10.309,43	0,00	10.309,43	1.439,48
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferenças de consolidação				
		10.062.920,03	371.793,46	9.691.126,57	9.293.342,40
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	283.806,11	0,00	283.806,11	264.534,45
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermediários	945.409,68	0,00	945.409,68	0,00
32	Mercadorias	1.947,98	0,00	1.947,98	2.073,85
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.231.163,77	0,00	1.231.163,77	266.608,30
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
281	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes c/c	11.003,00	0,00	11.003,00	4.771,00
212	Contribuintes c/c	103.280,22	0,00	103.280,22	72.262,87
213	Utentes c/c	793.569,70	0,00	793.569,70	758.238,41
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	442.172,91	350.420,08	91.752,83	103.839,88
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	16.257,11	0,00	16.257,11	16.257,11
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	1.349.303,43	0,00	1.349.303,43	1.388.391,19
		2.715.586,37	350.420,08	2.365.166,29	2.343.760,46
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em Instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	11.066.592,47	0,00	11.066.592,47	9.161.574,51
11	Caixa	51.851,61	0,00	51.851,61	12.943,05
		11.118.444,08	0,00	11.118.444,08	9.174.517,56
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	7.021.108,54	0,00	7.021.108,54	6.835.215,32
272	Custos diferidos	13.746,47	0,00	13.746,47	14.074,03
		7.034.855,01	0,00	7.034.855,01	6.849.289,35
	Total de amortizações		106.275.876,72		
	Total de provisões/ajustamentos		350.420,08		
	Total do ativo	328.050.786,71	106.626.296,80	221.424.489,90	230.318.870,75

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL		BALANÇO CONSOLIDADO		ANO DE 2019	
Código das contas do POCAL		Fundos Próprios e Passivo	Exercícios		
			2019	2018	
	Fundos próprios:				
51	Património/capital	111 976 809,49	108 957 873,20		
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00		
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00		
	Reservas:				
571	Reservas legais	2 927 470,97	2 811 135,02		
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00		
573	Reservas contratuais	0,00	0,00		
574	Outras reservas livres	0,00	0,00		
575	Subsídios	65 469,31	65 469,31		
576	Doações	15 388 038,73	14 679 045,19		
577	Reservas decorrentes de transferências de activos				
578+579	Outras reservas	0,00	0,00		
	Diferenças de consolidação	0,00	0,00		
59	Resultados transitados	-350 813,36	11 974 208,60		
		130 006 975,14	138 487 731,32		
88	Resultado líquido do exercício atribuível ao grupo	-1 699 797,92	2 412 755,19		
	Total dos fundos próprios/capital próprio atribuível ao grupo	128 307 177,22	140 900 486,50		
	Interesses minoritários	317 605,96	300 640,52		
	Total dos fundos próprios/capital próprio	128 624 783,18	141 201 127,01		
	Passivo:				
292	Provisões para riscos e encargos	20 764 071,89	17 954 699,91		
	Dívidas a terceiros - médio e longo prazos (a)				
2312	Empréstimos de médio e longo prazos	2 899 283,38	3 284 710,19		
2611+2614	Fornecedores de imobilizado c/c	0,00	0,00		
264	Administração autárquica	0,00	0,00		
262+263+267+268	Outros credores	0,00	53 792,25		
		2 899 283,38	3 338 502,44		
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo				
2311	Empréstimos de curto prazo/Dívidas a instituições de crédito	323 767,40	321 963,44		
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00		
221	Fornecedores c/c	121 260,21	70 521,60		
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	281 928,35	637 702,27		
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	13 103,28	13 103,28		
2611 a 2618	Fornecedores de imobilizado c/c	4 357,40	16 064,54		
24	Estado e outros entes públicos	217 034,84	235 589,60		
264	Administração autárquica	0,00	0,00		
263+267+268	Outros credores	75 498,56	146 756,68		
217+222+2613+262	Credores de cauções	1 700 710,48	1 469 610,50		
		2 737 660,52	2 911 311,91		
	Acréscimos e Diferimentos:				
273	Acréscimos de Custos	1 910 963,64	1 193 728,24		
274	Proveitos diferidos	64 487 727,29	63 719 501,24		
		66 398 690,93	64 913 229,48		
Total do passivo		92 799 706,72	89 117 743,74		
Total dos fundos próprios e do passivo		221 424 489,90	230 318 870,75		

Valores em euros

Demonstração Consolidada
dos Resultados

2019



ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA		ANO DE 2019
Código das Contas do POCAL		DR Consolidada 2019	DR Consolidada 2018	
	Custos e perdas			
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	796.136,37	728.062,14	
62	Fornecimentos e serviços externos:	13.919.156,38	12.093.841,17	
	Custos com o pessoal:			
641+642	Remunerações	6.085.809,32	5.893.308,10	
643 a 648	Encargos sociais	1.668.132,33	1.513.163,62	
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	2.603.022,13	1.504.531,43	
66	Amortizações do exercício	7.139.303,14	6.488.080,48	
67	Provisões do exercício	2.852.536,98	3.404.758,23	
65	Outros custos operacionais	187.175,04	159.449,20	
	(A)	35.251.271,69	31.785.194,37	
68	Custos e perdas financeiros	157.045,81	159.833,08	
	(C)	35.408.317,50	31.945.027,45	
69	Custos e perdas extraordinários	2.003.168,61	2.086.431,45	
	(E)	37.411.486,11	34.031.458,90	
	Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00	
	(G)	37.411.486,11	34.031.458,90	
88	Resultado líquido do exercício	-1.783.252,02	2.330.829,34	
	Atribuível ao grupo público	-1.699.797,92	2.412.755,19	
	Atribuível a interesses não controlados pelo grupo	-83.454,10	-81.925,84	
	(X)	35.628.234,09	36.362.288,25	
	Proveitos e ganhos			
	Vendas e prestações de serviços:			
7111	Venda de mercadorias	211,10	220,41	
7112+7113	Venda de produtos	2.294.668,31	2.241.968,62	
712	Prestações de serviços	3.882.965,96	3.691.247,49	
72	Impostos e taxas	8.121.171,95	7.746.825,56	
(a)	Variação da produção	0,00	0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	
73	Proveitos suplementares	46.592,42	99.472,16	
74	Transferências e subsídios obtidos/subsídios à exploração	16.503.677,41	15.491.868,22	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00	
	(B)	30.849.287,15	29.271.602,46	
78	Proveitos e ganhos financeiros	1.889.331,31	1.911.167,38	
	(D)	32.738.618,46	31.182.769,84	
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2.889.615,63	5.179.518,41	
	(F)	35.628.234,09	36.362.288,25	
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	-4.401.984,54	-2.513.591,91	
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	1.732.285,50	1.751.334,30	
	Resultados Correntes: (D - C)	-2.669.699,04	-762.257,62	
	Resultado Líquido de Exercício: (F - G)	-1.783.252,02	2.330.829,34	

Valores em euros

Mapa de Fluxos de Caixa
Consolidado

2019

Handwritten signatures and initials in black ink.

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL		MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO		ANO DE 2019 Período: 2019/01/01 a 2019/12/31	
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo gerência anterior		9.174.518	Despesas orçamentais		34.873.731
Execução Orçamental	7.601.202		Correntes	25.778.677	
Operações de Tesouraria	1.573.315		Capital	9.095.054	
Receitas orçamentais		35.970.923	Operações de tesouraria		1.721.129
Correntes	30.563.022				
Capital	5.397.181				
Outras	10.720				
Operações de Tesouraria		1.946.703	Saldo para a gerência seguinte		11.118.444
			Execução orçamental	9.319.555	
			Operações de tesouraria	1.798.889	
Total		47.092.143	Total		47.713.304
Valores em euro					

Valores em euros

Órgão executivo
Em ____ de ____ de 2020

Órgão deliberativo
Em ____ de ____ de 2020

Anexos às Demonstrações
Financeiras Consolidadas

2019

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the red graphic.

De harmonia com o preceituado no RFALEI, as demonstrações financeiras consolidadas compreendem obrigatoriamente o anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

Igualmente, é referido que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo remetendo, assim, para a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprova a orientação n.º 1/2010 «Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo».

Segundo a referida orientação, estes documentos devem seguir a estrutura idêntica à prevista no POCAL, tendo sido sugerido pelo SATAPOCAL o modelo de estrutura do anexo.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial do modelo sugerido. As notas não mencionadas, ou não são aplicáveis, ou dizem respeito a factos ou a situações que não existe informação disponível para divulgação, mantendo-se, contudo, a referida ordenação.

1 – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

A entidade consolidante é o **município de Bragança**. Enquanto pessoa coletiva territorial de âmbito municipal, através dos seus órgãos, visa a prossecução dos interesses próprios da população que representa, desempenhando funções no âmbito das suas atribuições e que se encontram dispostas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

As entidades que são incluídas no perímetro de consolidação do município, ou seja, as que cumprem os critérios elencados no artigo 75.º do RFALEI, são as seguintes:

A Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como objetivo a promoção, lançamento e gestão do Brigantia EcoPark – Parque de Ciência e Tecnologia e visa contribuir para o desenvolvimento económico da região em que se insere, através da instalação de empresas de base tecnológica, centros de investigação e do ensino superior. Esta associação, com sede no concelho de Bragança, tem como associados fundadores o município de Bragança, o Instituto Politécnico de Bragança, o município de Vila Real, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e a Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (Portus Park);

A Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., tem como missão a produção de fotografia aérea, cadastro, cartografia, ortofotomapas, cadastro de infraestruturas, formação, sistemas de informação geográfica, geolocalização de viaturas, operar com tecnologia LiDAR, laser terrestre, videogrametria e desenvolvimento de aplicações. Tem a sua sede no Taguspark, Av. Prof. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, n.º 11 – 3.º B, Porto Salvo, Oeiras;

O Centro Ciência Viva de Bragança (CCVB) é uma associação científica e técnica sem fins lucrativos que integra a Rede Nacional de Centros Ciência Viva. Tem como membros fundadores, o município de Bragança, o Instituto Politécnico de Bragança e a Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica. É reconhecido como um canal excecional para comunicar temas de atualidade científica e institui-se como um equipamento ideal para envolver os cidadãos na

democratização do conhecimento e na promoção de alterações favoráveis do seu comportamento face a questões de extrema pertinência, como desenvolvimento sustentável, energias renováveis e meio ambiente.

As restantes entidades incluídas no quadro n.º 1, que consta do presente relatório de gestão, são excluídas do perímetro de consolidação, por não se enquadrarem no disposto no RFALEI.

Quadro 5: Trabalhadores ao Serviço por Categoria

ENTIDADE: Grupo Municipal

ANO: 2019

Categoria	N.º de Trabalhadores				
	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	Centro Ciência Viva de Bragança	Total
Executivo/Administrador	4			1	5
Dirigente	12				12
Técnico superior	45	3		2	50
Assistente técnico	76			5	81
Assistente operacional	222	1		2	225
Informática	5			1	6
Outros	15	2		5	22
TOTAL	379	6	0	16	401

Nota: não foi preenchido o n.º de trabalhadores da entidade Município

2 – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

As entidades participadas utilizam como sistema de contabilidade o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e o município de Bragança o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). Assim, foi necessário homogeneizar a informação para um único sistema, ou seja, o utilizado pela entidade consolidante (POCAL).

O município (entidade-mãe) deve aplicar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas os critérios de valorimetria utilizados nas suas próprias demonstrações financeiras, pelo que os elementos do ativo, do passivo e dos fundos próprios/capital próprio, a incluir nas demonstrações financeiras consolidadas, devem ser valorizados segundo critérios de valorimetria uniformes ao grupo municipal e de acordo com o disposto no ponto 4 «Critérios de valorimetria» do POCAL.

Não foram identificadas situações em que a aplicação das normas de consolidação não fosse suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

Não foram afastadas normas de consolidação.

3 – Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Tal como consta no quadro n.º 1, e já referido anteriormente, foi utilizado o método de consolidação integral, equivalência patrimonial e simples agregação.

Para efeitos de aplicação do *método de consolidação integral*, adotar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 15 «Investimentos em subsidiárias e consolidação», consistindo o mesmo na integração no balanço, na demonstração dos resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas.

As operações subjacentes a este método de consolidação são:

1. Homogeneização (temporal e valorativa) da informação;
2. Agregação (soma) de dados;
3. Anulação dos movimentos contabilísticos resultantes das operações internas.

O *método de equivalência patrimonial* consiste na substituição, no balanço da entidade consolidante, do valor contabilístico das partes de capital por ela detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

O *método da simples agregação* aplica-se quando na ausência de qualquer participação no capital das entidades consolidadas, se verifica um efetivo controlo administrativo por parte da entidade consolidante. Este método traduz-se na soma algébrica dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades pertencentes ao grupo.

As datas usadas na preparação das demonstrações financeiras são reportadas a 31 de dezembro de 2019, tendo sido combinadas as demonstrações financeiras da entidade mãe e suas participadas, linha a linha, adicionando itens idênticos de ativos, passivos, capital próprio, proveitos e custos.

A fim de que as demonstrações financeiras consolidadas apresentem informação acerca do grupo como se de uma única entidade se tratasse, foram dados os seguintes passos:

- a) Eliminação da participação financeira da empresa detentora e dos capitais próprios da participada;
- b) A eliminação das operações internas obedeceu, designadamente, às seguintes anulações recíprocas:
 - ✓ Créditos e débitos — Para a elaboração do balanço consolidado, os créditos e débitos, entre as entidades que integram o perímetro de consolidação;
 - ✓ Custos e proveitos — Para a elaboração da demonstração consolidada dos resultados, os custos e proveitos, relativos às operações efetuadas entre as entidades que integram o perímetro de consolidação.

3. a) e b)

Correções de Consolidação

Eliminação dos investimentos financeiros

	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Investimentos financeiros a eliminar
Investimentos financeiros	1.600.000,00	2.209.000,00	2.209.000,00
Património			
Investimentos financeiros a eliminar (interesses minoritários)			-609.000,00

Valores em euros

Município de Bragança	
Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark	
Participação	1.600.000,00
Eliminação do MEP - Custos e perdas financeiros	
Eliminação do MEP - Resultados transitados	-581.963,63
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	
Aplicação do MEP	1.786,92
	1.019.823,29

Valores em euros

Interesses Minoritários

Município de Bragança	
Eliminação dos investimentos financeiros	609.000,00
Participação nos resultados transitados	-216.721,43
Participação nos resultados líquidos	-41.732,82
Participação nas anulações e harmonização do resultado líquido	-41.721,28
Harmonização amortizações exercícios anteriores	49.394,91
Harmonização subsídios investimento exercícios anteriores	-50.093,56
Retificação subsídios ao investimento de anos anteriores	9.373,99
Participação nas doações obtidas	106,14
	317.605,96

Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial com a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.

Município de Bragança	
Investimentos financeiros - valor contabilístico	24.939,80
Investimentos financeiros - valor aplicando o MEP	26.726,72
Participação nos resultados anos anteriores (Resultados Transitados /Balanço)	1.308,66
Ganhos na participada (DR)	478,26
Ajustamentos de partes de capital em empresas	1.786,92

Valores em euros

Eliminação das operações recíprocas

1. Resumo das operações entre entidades do grupo municipal – anulação de Saldos

	41 - Investimentos financeiros	51 - Património
Município de Bragança	1 600 000,00	
Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark		1 600 000,00

Valores em euros

	27 - Proveitos diferidos	59 - Resultados transitados
Município de Bragança		82.040,84
Centro Ciência Viva de Bragança	72.520,53	

Valores em euros

Nota: Diferença, considerada na DR, efeito nos resultados do exercício em 9.520,31 €

2. Resumo das operações entre entidades do grupo municipal – anulação de transações

	62 - Fornecimentos e serviços externos	63 - Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	71 - Vendas e prestações de serviços	74 - Transferências e subsídios obtidos/Subsídios à exploração
Município de Bragança		180.000,00	580,25	
Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	580,25			180.000,00

Valores em euros

	62 - Fornecimentos e serviços externos	63 - Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	78 - Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	74 - Transferências e subsídios obtidos/Subsídios à exploração
Município de Bragança		130.000,00		
Centro Ciência Viva de Bragança				130.000,00

Valores em euros

3. Resumo das retificações relacionadas com a harmonização das amortizações

Harmonização (eliminações) das amortizações do exercício			
	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Centro Ciência Viva de Bragança	Total
Edifícios e outras construções	65.512,25	9.632,57	75.144,82
Equipamento básico	13.871,46	2.214,55	16.086,01
Equipamento de transporte	0,00	1.733,31	1.733,31
Ferramentas e utensílios	0,00	-228,67	-228,67
Equipamento administrativo	5.979,58	-1.190,35	4.789,23
	85.363,29	12.161,41	97.524,70

Valores em euros

Harmonização das amortizações acumuladas			
	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Centro Ciência Viva de Bragança	Total
Edifícios e outras construções	-326.157,20	-46.807,48	-372.964,68
Equipamento básico	77.467,78	-7.830,15	69.637,63
Equipamento de transporte	0,00	-7.219,70	-7.219,70
Ferramentas e utensílios	0,00	0,01	0,01
Equipamento administrativo	-15.835,67	-3.281,31	-19.116,99
	-264.525,09	-65.138,63	-329.663,72

Valores em euros

4. Harmonização valorimetria subsídios ao investimento

Harmonização dos subsídios ao investimento - Passivo		
	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Total
Imobilizado corpóreo	238.967,97	238.967,97
	238.967,97	238.967,97

Valores em euros

Harmonização dos subsídios ao investimento - Resultados Transitados		
	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Total
Imobilizado corpóreo	181.695,90	181.695,90
	181.695,90	181.695,90

Valores em euros

Retificação subsídios ao investimento de anos anteriores		
	27 - Proveitos diferidos	59 - Resultados transitados
Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	34.000,70	34.000,70
	34.000,70	34.000,70

Valores em euros

Harmonização (eliminações) dos subsídios ao investimento			
	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Centro Ciência Viva de Bragança	Total
Imobilizado Corpóreo	57.272,07	9.520,31	66.792,38
	57.272,07	9.520,31	66.792,38

Valores em euros

4 - Informações relativas ao endividamento

Embora a estrutura sugerida do modelo refira, neste ponto, exclusivamente o endividamento de médio e longo prazos informamos, complementarmente, sobre as dívidas de médio e longo prazos cujo grau de exigibilidade será de curto prazo.

4 a) – Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos

O grupo municipal apresenta o seguinte endividamento de médio e longo prazos:

Quadro 6: Endividamento de Médio e Longo Prazos Consolidado

ENTIDADE: Grupo Municipal

ANO: 2019

Código /designação das contas a)		Dividas a terceiros de médio/longo prazos b)				Eliminação de créditos/dividas recíprocos 5	Grupo público consolidado 6=4-5
		Município de Bragança 1	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark 2	Centro Ciência Viva de Bragança 3	Total 4=1+2+3		
23.1.2	Empréstimos de médio e longo prazo						
	Banco Bilbao Vizcaya	376.213,62			376.213,62		376.213,62
	Banco Bilbao Vizcaya	666.666,60			666.666,60		666.666,60
	Banco Bilbao Vizcaya	708.333,27			708.333,27		708.333,27
	Caixa Crédito Agrícola Mútuo	380.225,18	513.307,53		893.532,71		893.532,71
	Inst. F. Desenv. Regional I.P	254.537,18			254.537,18		254.537,18
TOTAL		2.385.975,85	513.307,53		2.899.283,38	0,00	2.899.283,38

a) A desagregar de acordo com as rubricas de balanço consolidado relativas às dividas a terceiros - médio e longo prazos

Valores em euros

4 b) – Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos – exigibilidade de curto prazo

Considerando que as entidades participadas refletem nas suas demonstrações financeiras os seus passivos com entidades, discriminados conforme o grau de exigibilidade, o quadro seguinte informa sobre o endividamento com entidades financeiras e fornecedores de imobilizado, cuja exigibilidade é de curto prazo:

Quadro 7: Endividamento de Curto Prazo Consolidado

ENTIDADE: Grupo Municipal

ANO: 2019

Código /designação das contas a)		Dividas a terceiros - de curto prazo a)				Eliminação de Créditos/dividas recíprocos	Grupo público consolidado
		Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Eco Park	Centro Ciência Viva de Bragança	Total		
		1	2	3	4=1+2+3	5	6=4-5
23.1.1	Empréstimos de curto prazo						
	Banco Bilbao Vizcaya	86.818,44			86.818,44		86.818,44
	Banco Bilbao Vizcaya	83.333,34			83.333,34		83.333,34
	Banco Bilbao Vizcaya	83.333,34			83.333,34		83.333,34
	Caixa Crédito Agrícola Mútuo	36.442,99			36.442,99		36.442,99
	Inst. F. Desenv. Regional I.P	33.839,29			33.839,29		33.839,29
TOTAL		323.767,40	0,00		323.767,40	0,00	323.767,40

a) embora a natureza das dividas seja de médio e longo prazos, o grau de exigibilidade (obrigação de pagamento) é de curto prazo

Valores em euros

4 c) – Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial

O grupo municipal apresentará, numa ótica previsional, as seguintes dívidas a terceiros em 31 de dezembro de 2023:

Quadro 8: Montante Total da Dívida a Terceiros Consolidada em 2023

ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO - PREVISÍVEL

ENTIDADE: Grupo Municipal ANO: 2019

Código / designação das contas (*)		Capital em Dívida em 31/12/2019				Pagamentos previstos durante os próximos 4 anos			Total dos pagamentos previstos Grupo Público consolidado 8=5+6+7	Capital Consolidado Previsível em Dívida no fim de 2023 9=4+8
		Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Centro Clência Viva de Bragança	Total Grupo Público consolidado 4=1+2+3	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Centro Clência Viva de Bragança		
		1	2	3	4=1+2+3	5	6	7	8=5+6+7	9=4+8
Entidades financeiras	Banco Bilbao Vizcaya	463.032,06			463.032,06	347.273,76			347.273,76	115.758,30
	Banco Bilbao Vizcaya	749.999,94			749.999,94	333.333,36			333.333,36	416.666,58
	Banco Bilbao Vizcaya	791.666,61			791.666,61	333.333,36			333.333,36	458.333,25
	Caixa Crédito Agrícola Mútuo	416.668,17	513.307,53		929.975,70	159.332,48			159.332,48	770.643,22
	Inst. F. Desenv. Regional I.P	288.376,47			288.376,47	127.623,13			127.623,13	160.753,34
TOTAL		2.709.743,25	513.307,53		3.223.050,78	1.300.896,09		0,00	1.300.896,09	1.922.154,69

Nota: Este quadro inclui igualmente as dívidas cujo grau de exigibilidade é considerada de curto prazo

Valores em euros

5 – Informações sobre saldos e fluxos financeiros

O mapa seguinte apresenta os saldos e fluxos financeiros entre a entidade consolidante e as entidades consolidadas.

Quadro 9: Saldos e Fluxos Financeiros entre o Município de Bragança e a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark

Tipo de fluxos	Município de Bragança e Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo final 5=(1+2)-(3+4)	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no exercício	Saldo final 10=(6+7)-(8+9)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Transferências		180.000,00		180.000,00	0,00		180.000,00		180.000,00	0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações comerciais		580,25		580,25	0,00		580,25		580,25	0,00
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
TOTAL	0,00	180.580,25	0,00	180.580,25	0,00	0,00	180.580,25	0,00	180.580,25	0,00

Valores em euros

Quadro 10: Saldos e Fluxos Financeiros entre o Município de Bragança e o Centro Ciência Viva de Bragança

Tipo de fluxos	Município de Bragança e Centro Ciência Viva de Bragança									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no exercício	Saldo final
	1	2	3	4	5=(1+2)-(3+4)	6	7	8	9	10=(6+7)-(8+9)
Transferências		130.000,00		130.000,00	0,00		130.000,00		130.000,00	0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações comerciais					0,00					0,00
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
TOTAL	0,00	130.000,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	130.000,00	0,00

Valores em euros

6 – Informações relativas a compromissos

6 a) Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros.

Não figuram no balanço consolidado os encargos financeiros com juros de empréstimos a pagar em exercícios futuros. Com carácter previsional o município presume que, para o ano de 2020, os mesmos ascendam a 73.853,00€.

O município de Bragança apresenta nas contas individuais o valor de 8.965.735,42€ de compromissos assumidos para exercícios futuros, desagregados nos seguintes agrupamentos económicos:

01 – Despesas com o pessoal	108.617,80€
02 – Aquisição de Bens e Serviços	2.475.897,99€
03 – Juros e outros encargos	46.554,83€
04 – Transferências correntes	250.865,85€
07 – Aquisição de bens de capital	5.954.399,18€
09 – Ativos financeiros	53.792,25€
10 – Passivos financeiros	75.607,52€

7 – Informações relativas a políticas contabilísticas

O setor privado já utiliza o SNC – Sistema de Normalização Contabilística que transpõe para o Direito Interno as Normas Internacionais de Contabilidade, enquanto que os vários Planos setoriais de Contabilidade do Setor Público, neste caso particular o POCAL, ainda não fizeram aquela transposição, obrigando a conversões, nomeadamente quando o perímetro engloba entidades que utilizam o SNC.

Os critérios valorimétricos utilizados pela entidade consolidante, relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões, são os seguintes:

Imobilizado: Regra geral, o ativo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

Os bens de imobilizado não são suscetíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respetivos critérios de valorização;

Amortizações: O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes, de acordo com o ponto 2.7.2. do POCAL.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando as taxas de amortização definidas no CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril;

Existências: São valorizadas ao custo de aquisição ou produção, sem prejuízo das exceções consideradas no ponto 4.2. do POCAL relativamente aos critérios valorimétricos. O método de custeio das saídas de armazém é o do custo médio ponderado;

Dívidas de e a Terceiros: As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam;

Provisões: O POCAL estabelece um conjunto de princípios contabilísticos, entre os quais o princípio da prudência, cuja aplicação deverá conduzir à obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada

da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental da entidade. Decorre da aplicação deste princípio a possibilidade de integração nas contas de um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza sem, contudo, permitir a criação de reservas ocultas ou de provisões excessivas ou a deliberada quantificação de ativos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso.

Considerando que a constituição de provisões deve respeitar apenas as situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não devendo a sua importância ser superior às suas necessidades, são contabilizadas as seguintes provisões:

- ✓ **Provisões para cobrança duvidosa** - Quanto às dívidas de clientes, contribuintes e utentes cuja cobrança seja duvidosa e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, são constituídas provisões segundo o estabelecido no 2.7.1 do POCAL. Nestes termos, foi considerada a provisão de 50% para dívidas em mora há mais de 6 e até 12 meses e a provisão de 100% para aquelas que se encontram em mora há mais de 12 meses;
- ✓ **Provisões para riscos e encargos, processos judiciais em curso** - Esta conta serve para registar as responsabilidades de natureza específica e provável, derivadas da instauração de processos judiciais e cuja resolução pelos tribunais está em curso;
- ✓ **Provisões para investimentos financeiros** – Esta conta serve para registar as diferenças entre o custo de aquisição dos títulos e outras aplicações financeiras e o respetivo preço de mercado, quando este for inferior àquele.

Acréscimos e Diferimentos: Os custos e proveitos são contabilizados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que são reconhecidos à medida que são incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos;

Disponibilidades: As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

8. Informações relativas a determinadas rubricas

8 a) – As despesas de instalação, investigação e desenvolvimento do exercício não apresentam movimentos.

8 b) – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço consolidado, e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões.

Quadro 11: Mapa do Ativo Bruto Consolidado

ENTIDADE: Grupo Municipal		ANO:2019		
Rubricas	Saldo inicial grupo público	Aumentos	Transferências e abates	Saldo final grupo público
Activo Bruto				
41 Investimentos financeiros:	9.413.735,84	649.184,19	0,00	10.062.920,03
4111 Associações de municípios	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
4112 Empresas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00
4113 Empresas privadas ou cooperativas	3.741,00	0,00	0,00	3.741,00
4114 Empresas publicas	1.096.395,32	1.198,40	0,00	1.097.593,72
4122 Obrigações e títulos de participação - FAM	968.260,50	0,00	0,00	968.260,50
4141 Inv. Imóveis - Terrenos e recursos naturais	1.174.037,89	159.760,00	0,00	1.333.797,89
4142 Inv. Imóveis- Edifícios e outras construções	6.157.937,49	479.280,00	0,00	6.637.217,49
4153 Outras aplicações financeiras - Outros títulos	1.363,64	8.945,79	0,00	10.309,43
42 Imobilizações corpóreas:	131.402.993,81	4.901.990,35	5.895.697,28	130.409.286,88
421 Terrenos e recursos naturais	15.987.233,58	449.246,12	854.462,00	15.582.017,70
422 Edifícios e outras construções	89.850.335,23	255.147,12	265.564,97	89.839.917,38
423 Equipamento básico	9.447.416,26	149.628,81	138.696,70	9.458.348,37
424 Equipamento de transporte	5.297.264,89	1.056.367,11	67.567,42	6.286.064,58
425 Ferramentas e utensílios	1.132.271,14	69.883,63	10.837,57	1.191.317,20
426 Equipamento administrativo	2.920.283,34	113.642,90	311.098,54	2.722.827,70
429 Outras Imobilizações Corpóreas	116.402,00	6.106,78	43,94	122.464,84
442 Imobilizações em Curso	6.651.787,37	2.801.967,88	4.247.426,14	5.206.329,11
43 Imobilizações incorpóreas:	2.973.308,53	0,00	2.474.567,56	498.740,97
431 Despesas de instalação	1.822.916,78	0,00	1.822.916,78	0,00
432 Despesas de Investigação e Desenvolvimento	884.480,78	0,00	651.650,78	232.830,00
443 Imobilizações em Curso	265.910,97	0,00	0,00	265.910,97
45 Bens de domínio público	156.609.647,39	10.249.368,33	1.879.226,12	164.979.789,60
451 Terrenos e recursos naturais	6.350.501,80	922.759,73	0,00	7.273.261,53
452 Edifícios	422.563,52	0,00	2.453,88	420.109,64
453 Outras construções	140.933.989,26	4.662.027,54	389.670,39	145.206.346,41
455 Bens do património histórico, artístico e cultural	1.450.029,73	794.171,00	83,48	2.244.117,25
459 Outros bens do dominio publico	142.108,48	0,00	0,00	142.108,48
445 Imobilizações em Curso	7.310.454,60	3.870.410,06	1.487.018,37	9.693.846,29
TOTAL	300.399.685,57	15.800.542,87	10.249.490,96	305.950.737,48

Valores em euros

O **imobilizado bruto do grupo público** da autarquia apresenta um montante de 305.950.737,48€, evoluindo 1,85% face ao ano anterior, ou seja, 5.551.051,91€. Globalmente, podemos concluir que para a variação positiva do imobilizado, contribuíram os aumentos no valor de 15.800.542,87€

(6.672.377,94€ associados a imobilizado em curso) e as diminuições derivadas de transferências e abates no valor de 10.249.490,96€.

Quadro 12: Mapa das Amortizações e Provisões Acumuladas Consolidado

ENTIDADE: Grupo Municipal

ANO:2019

Rubricas	Saldo Inicial Grupo Público	Reforços	Regularizações	Saldo Final Grupo Público
48 AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	88.715.066,33	20.829.680,94	3.268.870,55	106.275.876,71
48.1 De Investimentos em Imóveis	120.469,28	251.324,18	0,00	371.793,46
48.1.2 Edifícios e Outras Construções	120.469,28	251.324,18	0,00	371.793,46
48.2 De Imobilizações Corpóreas	29.854.607,51	2.524.358,28	596.133,19	31.782.832,59
48.2.2 Edifícios e Outras Construções	14.606.712,17	1.467.162,35	66.632,62	16.007.241,90
48.2.3 Equipamento básico	7.526.603,07	583.254,22	140.075,59	7.969.781,69
48.2.4 Equipamento de transporte	4.094.136,81	232.866,26	63.005,95	4.263.997,12
48.2.5 Ferramentas e utensílios	1.017.200,28	68.754,99	10.837,57	1.075.117,70
48.2.6 Equipamento administrativo	2.501.007,68	171.636,46	315.566,48	2.357.077,65
48.2.9 Outras imobilizações corpóreas	108.947,51	684,00	14,98	109.616,53
48.3 De Imobilizações Incorpóreas	2.656.031,66	0,00	2.423.201,66	232.830,00
48.3.1 Despesas de instalação	1.771.550,88	0,00	1.771.550,88	0,00
48.3.2 Despesas de investigação e de desenvolvimento	884.480,78	0,00	651.650,78	232.830,00
48.5 Bens de Domínio Público	56.083.957,89	18.053.998,48	249.535,70	73.888.420,67
48.5.2 Edifícios	126.355,15	11.756,88	2.453,88	135.658,15
48.5.3 Outras construções	55.560.869,45	18.038.639,68	246.998,34	73.352.510,79
48.5.5 Bens do património histórico, artist. e cultural	254.624,81	3.601,92	83,48	258.143,25
48.5.9 Outros bens de domínio público	142.108,48	0,00	0,00	142.108,48
49 PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00
49.1 Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	88.715.066,33	20.829.680,94	3.268.870,55	106.275.876,72

Valores em euros

As **amortizações acumuladas do grupo público** apresentam no final do ano de 2019 e em termos absolutos 106.276.876,72€, resultante da incrementação ao saldo inicial (88.715.066,33€) de reforços no valor de 20.829.680,94€ e de regularizações no montante de 3.268.870,22€.

O seguinte quadro apresenta os valores globais repartidos pelas entidades que compreendem o grupo público.

Quadro 13: Amortizações Acumuladas Repartidas pelas Entidades do Grupo Público

	Saldo Inicial	Reforços		Regularizações	Saldo Final
		Exercício	Exercícios anteriores		
Município de Bragança	86.248.762,56	6.769.688,22	13.642.747,63	3.268.870,55	103.392.327,86
Brigantia EcoPark	1.671.957,96	396.271,70			2.068.229,66
Centro Ciência Viva de Bragança	794.345,81	20.973,39			815.319,20
Total do Grupo Público	88.715.066,33	7.186.933,31	13.642.747,63	3.268.870,55	106.275.876,72

Valores em euros

Os reforços do exercício perfazem o montante de 7.186.933,31€ e 13.642.747,63€ referentes a exercícios anteriores. Relativamente às regularizações totalizaram 3.268.870,55€, provenientes de abates, alienações e outras.

8 j) – Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades

Quadro 14: Repartição do Valor Líquido Consolidado das Vendas e das Prestações de Serviços

Designação	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Centro Ciência Viva de Bragança	Total
Vendas	2.294.668,31		211,10	2.294.879,41
Prestação de serviços	3.755.404,04	101.465,91	26.096,01	3.882.965,96
TOTAL	6.050.072,35	101.465,91	26.307,11	6.177.845,37

Valores em euros

Detalhando as vendas expressas no quadro, as principais componentes são referentes à venda da água de abastecimento público no valor de 1.516.518,77€ e eletricidade no valor de 725.266,10€.

No que concerne às prestações de serviços, os resíduos sólidos evidenciam a maior parcela de proveitos, no valor de 1.671.546,57€. Dos restantes proveitos, o valor que nos parece de evidenciar diz respeito às rendas e alugueres, no valor de 914.587,01€.

8 m) – Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização no desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial

Quadro 15: Remunerações aos Membros dos Órgãos Executivo e Deliberativo das Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

	Remunerações a)			
	Município de Bragança	Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark	Centro Ciência Viva de Bragança	Total
Órgão Executivo	239.379,99	0,00	25.734,09	265.114,08
Órgão Deliberativo	35.713,60	1.845,00	1.845,00	39.403,60
TOTAL	275.093,59	1.845,00	27.579,09	304.517,68

a) Considerado o princípio da especialização dos exercícios

Valores em euros

8 m) – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

No presente exercício foram efetuadas diversas regularizações com referência ao ativo imobilizado. Parte das regularizações efetuadas estão relacionadas com a adequada aplicação da definição de despesas de investigação e desenvolvimento e com a retificação do cálculo de amortizações de bens.

Durante o exercício de 2019, as despesas de instalação, investigação e desenvolvimento foram diminuídas em 2.474.567,56 euros. Este ajustamento, refletido em correções a custos de anos anteriores, resulta de uma análise exaustiva destas despesas, tendo sido concluído, que as mesmas não estavam associadas a imobilizado incorpóreo, ou que, quando tal estava evidenciado, não incorporaram o valor do respetivo imobilizado corpóreo.

No âmbito dos esforços, efetuados a anos anteriores, foi levada a cabo uma retificação de grande significado e afetando os fundos próprios do Município relacionada com regularizações a alguns bens de domínio público que, até à data, não haviam sofrido qualquer depreciação. Estão enquadrados nesta situação o imobilizado afeto à captação, tratamento e distribuição de água no valor de 11.255.264,55 € e nas infraestruturas para distribuição de energia elétrica o valor de 2.018.243,37€.

As regularizações introduzidas originaram retificações de valores significativos pelo que as rubricas de amortizações acumuladas e de resultados transitados não são diretamente comparáveis com o exercício anterior.

8 q) – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADA		ANO DE 2019			
Código das contas	Custos e perdas	Exercício		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercício	
		2019	2018			2019	2018
681	Juros suportados	80.712,45	90.795,92	781	Juros obtidos	37,97	617,56
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas		
683	Amortizações de investimentos em imóveis	47.630,18	38.138,84	783	Rendimento de imóveis	1.857.242,35	1.832.490,49
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital	28.941,54	4.545,45
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiras	28.703,18	30.898,32	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	3.109,45	73.513,88
	Resultados financeiros	1.732.285,50	1.751.334,30			1.889.331,31	1.911.167,38
		1.889.331,31	1.911.167,38				

Valores em euros

Valores em euros

8 r) – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS CONSOLIDADA		ANO DE 2019			
Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2019	2018			2019	2018
691	Transferências de capital concedidas	902.629,62	1.510.589,91	791	Restituição de impostos		
692	Dívidas incobráveis	462.631,02		792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências			793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizações	179.442,23	359.313,07	794	Ganhos em imobilizações	13.881,44	83.312,34
695	Multas e penalidades		67,33	795	Benefícios e penalidades contratuais	41.709,42	28.502,86
696	Aumentos de amortizações e provisões			796	Reduções de amortizações e provisões	472.317,59	2.590.097,25
697	Correcções relativas a exercicios anteriores	432.236,87	200.597,32	797	Correcções relativas a exercicios anteriores	42.520,85	22.457,95
698	Outros custos e perdas extraordinários	26.228,87	15.863,82	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.318.778,33	2.455.148,01
	Resultados extraordinários	886.447,02	3.093.086,96	799	Outros	408,00	
		2.889.615,63	3.068.522,09			2.889.615,63	5.179.518,41

Valores em euros

Valores em euros

8 s) Movimentos ocorridos nas provisões

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL		MAPA DAS PROVISÕES CONSOLIDADO			2019
Código das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	779.572,67		429.152,59	350.420,08
292	Provisões para riscos e encargos	17.954.699,91	2.852.536,98	43.165,00	20.764.071,89
39	Provisões para depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00			0,00
TOTAL		18.734.272,58	2.852.536,98	472.317,59	21.114.491,97

Valores em euros

A conta de clientes, contribuintes e utentes, de acordo com o risco de incobrabilidade dos respetivos créditos, sofreu uma diminuição no exercício de 2019 de 429.152,59€.

As provisões para riscos e encargos - processos judiciais em curso - de acordo com os processos instaurados e que se encontram pendentes em 31 de dezembro de 2019, sobre os quais coube recurso para os tribunais competentes, ascendem ao valor global considerado previsível de 20.764.071,89€.

O município de Bragança considerou dar especial importância ao princípio da prudência, encontrando-se aprovisionada a totalidade da dívida que o próprio impugnou, por considerar indevida, à sociedade Águas do Norte, S.A., cujo valor ascende a 14.819.241,25€.

9. Informações diversas

9 b) Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Seguidamente apresenta-se o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

Quadro 16: Mapa da Dívida Bruta Consolidada

Dívida Bruta Consolidada		Saldo a 31/12/2019
Médio e longo prazos		2.899.283,38
Instituições financeiras		2.899.283,38
Fornecedores de imobilizado c/c		0,00
Outros Credores		0,00
Curto prazo		2.737.660,52
Instituições financeiras		323.767,40
Fornecedores c/c		121.260,21
Fornecedores - faturas em receção e conferência		281.928,35
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		13.103,28
Fornecedores de imobilizado c/c		4.357,40
Estado e outros entes públicos		217.034,84
Administração Autárquica		0,00
Outros credores		75.498,56
Credores de cauções		1.700.710,48
TOTAL		5.636.943,90

Valores em euros

Certificação Legal das
Contas Consolidadas

2019

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature and several smaller ones.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **Município de Bragança** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 221.424.489,90 euros e um total de fundos próprios de 128.624.783,18 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.699.797,92 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **Município de Bragança** em 31 de dezembro de 2019, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

O património imobiliário e as infraestruturas do Município anteriores a 2002 e o imobilizado em curso encontram-se registados no Balanço, ao nível das rubricas de bens de domínio público e imobilizado corpóreo e somam 30.610.756,08 €. De acordo com o disposto no nº 2 do artigo 10º do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, com todas as alterações subsequentes, até ao final do período transitório de implementação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, 1 de janeiro de 2002, seria elaborado e aprovado o inventário e respetiva avaliação. No entanto, o inventário realizado não se encontrou suportado numa verificação física integral, pelo que não é possível assegurar que todos os bens desta natureza se encontrem registados e devidamente valorizados. Com o intuito de promover o registo integral dos bens desta natureza, ao longo do exercício foram desenvolvidas pelo Município várias diligências de levantamento e conciliação entre o património imobiliário patente nos registos da Administração Tributária, nas inscrições da Conservatória do Registo Predial e no inventário contabilístico. Adicionalmente, foi dada sequência aos trabalhos já iniciados em anos anteriores conducentes à decomposição e regularização das rubricas de imobilizado em curso e subsídios ao investimento correspondentes. Considerando o referido, examinámos o processo de conciliação do património, testámos as rubricas de imobilizado em curso, verificámos as adições e analisámos as amortizações praticadas e subsídios ao investimento imputados. No que se refere a aquisições

anteriores a 2002, as análises efetuadas não permitem concluir que o património se encontre integralmente registado, facto que implicaria, por montante não possível de determinar, o acréscimo dos ativos, dos fundos patrimoniais e correspondentes custos do exercício. Em consequência destas matérias, não pudemos determinar se seriam necessários quaisquer ajustamentos relativos ao imobilizado, registado ou por registar, e aos elementos que constituem a demonstrações dos resultados e fundos patrimoniais.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

ÊNFASES

Chamamos a atenção para a nota 8. p) das demonstrações financeiras, que refere que no presente exercício o Município procedeu a uma retificação não frequente e de grande significado relacionada com as amortizações acumuladas das redes de água e da rede de distribuição elétrica na área urbana. Esta retificação foi efetuada na sequência das análises em curso ao património e que motivam a reserva apresentada às Demonstrações Financeiras, originando a diminuição em 13.241.196,01 € dos correspondentes ativos e dos fundos patrimoniais.

Conforme referido na nota 8. s) das demonstrações financeiras que descreve que o Município instaurou ações judiciais no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela contra a empresa "Águas do Norte, S.A." a reclamar a anulação de parte da faturação que considera indevida, situação que também motiva processos instaurados pela contraparte. Nestas circunstâncias, e até que seja proferida decisão judicial, releva uma provisão pelo valor contestado de 14.819.241,25 €.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAI;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à

data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Viseu, 24 de julho de 2020

O Revisor Oficial de Contas

Carlos Eduardo Brás Fonseca

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Carlos Eduardo Brás Fonseca, ROC n.º 1492, CMVM n.º 20161102

Relatório e Parecer do
Revisor Oficial de Contas
2019

Handwritten signature and initials

Handwritten mark

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

**Exmo. Órgão Deliberativo do
Município de Bragança**

Satisfazendo o estabelecido no artigo 77.º, n.º 2, alínea e) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, vimos submeter à apreciação de V. Exas., o Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

1. RELATÓRIO

No desempenho das funções que por lei nos estão atribuídas:

- 1.1.** Acompanhámos a atividade do Município, tendo recebido do Órgão Executivo e de outros responsáveis as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.
- 1.2.** Verificámos que o perímetro de consolidação foi definido pelo Município de Bragança, como entidade consolidante de harmonia com o estabelecido na lei, e que nos aspetos essenciais foram aplicadas apropriadamente as normas de consolidação de contas.
- 1.3.** Verificámos que os critérios valorimétricos utilizados são os que constam do Anexo ao Balanço Consolidado e à Demonstração de Resultados Consolidada.
- 1.4.** Verificámos que se encontra em fase de implementação pelo Município o sistema de contabilidade de custos de modo a dar cumprimento ao disposto no ponto 2.8.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).
- 1.5.** Confirmámos que o Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, o Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidado e o respetivo Anexo foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, exceção feita à reserva constante da Certificação Legal das Contas.
- 1.6.** Estamos convencidos que os referidos documentos de prestação de contas traduzem, de forma verdadeira e apropriada, com a reserva apresentada na Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e, bem assim, os resultados consolidados apurados no exercício findo na mesma data.

2. PARECER

Face ao anteriormente exposto, somos de parecer que a Assembleia Municipal deve, em relação aos documentos apresentados pelo Exmo. Órgão Executivo, apreciar as Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício de 2019, com a reserva e as ênfases apresentadas na Certificação Legal das Contas.

Viseu, 24 de julho de 2020

O Revisor Oficial de Contas

Carlos Eduardo Brás Fonseca

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Carlos Eduardo Brás Fonseca, ROC n.º 1492. CMVM n.º 20161102

[Handwritten signatures and initials]

